# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ



AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR E FINANCIAR O AUXÍLIO-ALUGUEL DESTINADO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

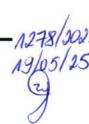
**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e financiar o Programa Auxílio-Aluguel, destinado a mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Município de Campo Largo - PR.

Art.		<b>2°</b> O		progra	rograma tem			por			objetivo:	
	l.	Garantir	mora	adia tempo		orária	rária segura		е	digna;		
	11.	Facilitar	0	rompir	nen	to	do	ciclo	)	de	violência;	
	III.	Assegurar	condições	para	а	reco	nstrução	da	auto	nomia	financeira;	
	IV. Prevenir a revitimização e o retorno ao ambiente violento.											

### CAPÍTULO I - DOS BENEFICIÁRIOS

Art	. <b>3</b> ° F	<b>3º</b> Poderão		eber	0	aux	auxílio-alugue		el as	s mulh	mulheres		
1.	Compro	vem	residên	cia	no	munic	ípio	há	pelo	menos	6	meses;	
11.	Estejan	n em	situa	ção	de	violê	ncia	don	néstica	compr	ovad	a por:	
a)	Boletim							de			ocorrência;		
b)	Medida										р	rotetiva;	
c)	Relatório da				rede de				atendimento;				
111.	Não	dispo	nham	de	rec	ursos	para	a c	ustear	morad	ia	própria;	
IV.	IV. Não possuam vínculo conjugal ou coabitação com o agressor no momento do												
req	requerimento.												

Parágrafo único. Terão prioridade mulheres com filhos menores ou com deficiência.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO



ESTADO DO PARANÁ

#### CAPÍTULO II - DO FUNCIONAMENTO

Art	•	<b>4°</b> O				consistirá em				
1.	Concessão	mensal	equivalente	а	1	salário-mínimo	vigente;			
II. Prazo máximo de 12 meses, prorrogável por igual período mediante reavaliação;										
111.	III. Acompanhamento psicossocial obrigatório.									

**Art. 5º** O valor será pago diretamente à locadora, exceto em casos devidamente justificados.

CAPÍTULO III - DA GESTÃO

Art. 6º A gestão do programa competirá à Desenvolvimento Social e da Mulher.

Art.	<b>7º</b> Caberá				gestão:					
1.	Receber	eber e		analisar	OS		pedidos;			
II.	Fiscalizar a		а	aplicação	dos	dos				
111.	Promover	а	inserção	no	mercado	de	trabalho;			
IV. Encaminhar para outros programas sociais quando necessário.										

### CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.	<b>8°</b> As	despesas	decorrentes	desta	lei	correrão	por	conta	de:		
1.	Dotação				orçamentária				própria;		
II.	Convênios		com	União			e Estado				
III. Doações de pessoas físicas e jurídicas.											

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 dias.

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campo Largo, 19 de maio de 2025

Luiz Gustavo Torres

Vereador